

Revisitando a Pedagogia do Oprimido: o legado freireano na luta contra a desigualdade social e econômica

Revisiting Pedagogy of the Oppressed: the freirean legacy in the struggle against social and economic inequality

Lizandro Poletto¹

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida²

195

Resumo: Este trabalho tem como tema central o legado de Paulo Freire na luta contra as desigualdades sociais e econômicas, com foco na sua pedagogia como ferramenta de transformação social. Através de uma análise de autores como Freire (2015), Gadotti (2000) e Santi (2014), o estudo tem como objetivo investigar como a *Pedagogia do Oprimido* pode contribuir para a construção de uma educação que não apenas instrui, mas emancipa, formando sujeitos críticos e ativos em suas comunidades. A metodologia adotada foi um estudo exploratório de caráter bibliográfico, que buscou compreender a relevância da obra freiriana no contexto atual das desigualdades persistentes. Os resultados evidenciam que a pedagogia freireana, ao promover a conscientização e o empoderamento dos oprimidos, oferece uma alternativa à educação tradicional que reforça a reprodução das desigualdades. Conclui-se que, para combater as desigualdades sociais e econômicas, é necessário um modelo educacional que integre teoria, prática e reflexão crítica, incentivando a transformação social a partir da educação popular e inclusiva.

Palavras-chave: Desigualdade. Freire. Legado.

Abstract: This work focuses on Paulo Freire's legacy in the fight against social and economic inequalities, with an emphasis on his pedagogy as a tool for social transformation. Through an

¹ Pós-doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás-PUC/GO; Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás-PUC/GO; Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná-UFPR; Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação -Mestrado Acadêmico do Centro Universitário Mais – UNIMAIS. <https://lattes.cnpq.br/9835489541775959> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2636-0165>. E-mail: lizandropoletto@facmais.edu.br.

² Professora Adjunta/PUC-GOÍÁS-PPGE/EFPH; Pós-doutora em Educação pela Universidade Autónoma de Madrid-UAM - Espanha. Pós-doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia- UFU-FACED (em andamento). Doutora em História Cultural/ UNB. Mestre em Educação/UNICAMP-FE. Pedagoga/UCG (PUCGO). Líder do Diretório CNPq/PROPE/ Grupo de Pesquisa: Educação, História, Memória, Culturas em Diferentes Espaços Sociais. <http://lattes.cnpq.br/5736362178244406> <https://orcid.org/0000-0003-2220-9932> E-mail: zeneide.cma@gmail.com.

Recebido em 01/06/2025

Aprovado em: 03/09/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



analysis of authors such as Freire (2015), Gadotti (2000), and Santi (2014), the study aims to investigate how *Pedagogy of the Oppressed* can contribute to building an education that not only instructs but also emancipates, forming critical and active individuals in their communities. The methodology used was an exploratory bibliographical study that sought to understand the relevance of Freire's work in the current context of persistent inequalities. The results show that Freire's pedagogy, by promoting awareness and empowerment of the oppressed, offers an alternative to traditional education, which often reinforces the reproduction of inequalities. It concludes that, to combat social and economic inequalities, an educational model is needed that integrates theory, practice, and critical reflection, encouraging social transformation through popular and inclusive education.

Keywords: Inequality. Freire. Legacy.

1 Introdução

O presente artigo visa revisitar a obra “Pedagogia do Oprimido” (2019) de Paulo Freire, a fim de compreender como seus fundamentos pedagógicos e filosóficos permanecem atuais frente às desigualdades sociais e econômicas persistentes na sociedade contemporânea. A proposta é analisar o legado freireano como instrumento de resistência e transformação diante de contextos de opressão e negação de direitos, especialmente no campo da educação.

A desigualdade social e econômica é um fenômeno estrutural, marcado por históricos processos de colonização, marginalização e concentração de renda. Quando refletida no campo educacional, evidencia-se por meio do acesso desigual à aprendizagem, à permanência e à qualidade do ensino. Neste cenário, a pedagogia crítica freireana propõe uma leitura da realidade a partir da consciência histórica e da problematização do mundo, em contraposição a uma educação domesticadora, muitas vezes conformada com as estruturas de dominação.

Assim, torna-se relevante examinar as contribuições da *Pedagogia do Oprimido* como obra central para o pensamento pedagógico libertador. Através de seus conceitos de opressão, diálogo, conscientização e práxis, Freire denuncia as relações verticalizadas presentes nas práticas educativas e anuncia a possibilidade de uma educação comprometida com a emancipação humana.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender os princípios freireanos presentes em *Pedagogia do Oprimido* e sua relação com a luta contra a desigualdade social e econômica, evidenciando como esses fundamentos ainda oferecem respostas ético-políticas para os desafios enfrentados pela educação pública. A metodologia adotada é de natureza exploratória, com enfoque bibliográfico, pautando-se na leitura de obras freireanas, produções acadêmicas e documentos educacionais que possibilitam a análise crítica do tema.

Em um primeiro momento, abordou-se os fundamentos da pedagogia do oprimido, sendo essencial para a compreensão do tema. Em um segundo momento, analisou-se a relevância da obra perante as desigualdades atuais e por fim, em um terceiro momento foi analisado o legado freiriano no combate a desigualdade social e econômica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Pedagogia do Oprimido: fundamentos

Publicado pela primeira vez em 1970, é considerado uma das obras mais influentes do pensamento educacional crítico, *Pedagogia do Oprimido* propõe uma profunda análise das relações de opressão e emancipação, centrando a educação como prática essencial para a transformação social. Para Paulo Freire (2019), a educação não é neutra: ou ela é libertadora, contribuindo para a autonomia e a conscientização dos sujeitos, ou é domesticadora, servindo para manter as estruturas de dominação existentes. A obra parte do reconhecimento da existência de uma realidade social injusta, marcada pela desigualdade e pela opressão de grupos historicamente marginalizados. Nesse contexto, Freire propõe a superação da educação bancária, aquela em que o professor deposita conteúdos nos alunos, sem diálogo, crítica ou reflexão, e defende uma educação problemática e dialógica, em que o saber é construído coletivamente, a partir da escuta, da experiência e da cultura dos educandos.

Um dos pilares centrais da *Pedagogia do Oprimido* é o conceito de conscientização. Esse processo vai além da tomada de consciência individual; trata-se da leitura crítica da realidade, que leva à ação transformadora. Através da conscientização, os oprimidos deixam de aceitar passivamente a condição que lhes foi imposta e passam a atuar como sujeitos históricos, capazes de intervir no mundo para transformá-lo. Outro princípio fundamental é o diálogo, entendido por Freire (1987) como um ato profundamente humano e político. Dialogar é reconhecer o outro como sujeito, é estabelecer relações horizontais, e não verticalizadas, em que o saber é partilhado e reconstruído constantemente. O diálogo, segundo o autor, é o caminho para a libertação, pois possibilita a reflexão crítica sobre a realidade e conduz à ação transformadora, o que ele chama de práxis.

Além disso, Freire (1987) critica o conceito "bancário" de educação que é praticado em relações opressivas, onde o opressor não está disposto a conceder ao oprimido a oportunidade de se tornar ciente de sua história. A pedagogia libertadora propõe a humanização como horizonte ético e político da educação, resgatando a dignidade, a voz e a autonomia daqueles que foram historicamente silenciados.

2.2 A dialogicidade: essência da educação como prática da liberdade

Paulo Freire discute o conceito de educação bancária em *Pedagogia do Oprimido* (1987), evidenciando os aspectos de um modelo educacional voltado para a libertação, fundamentado na vivência da liberdade. Dessa forma, na proposta educacional defendida pelo autor, o ser humano tem a chance de, por meio da ação, refletir sobre a realidade na qual está inserido. Nessa perspectiva, Freire ressalta que não haveria mais lugar para a educação bancária, ela deixaria de ter validade, abrindo caminho para uma educação mais crítica e questionadora, na qual o indivíduo realmente se reconhece como sujeito ativo, tornando sua existência autêntica e transformadora, capaz de modificar sua realidade e contribuir para a mudança do mundo.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (Freire, 1987, p. 44).

De acordo com Freire (1987), a educação deve ser construída com base no diálogo, pois é por meio dele que todos ocupam uma posição de igualdade e têm garantido o direito de se expressar, afirmando-se como seres pensantes. Com isso, aquilo que antes era negado ao ser humano passa a ser oferecido quando se adota uma prática educacional fundamentada na troca dialógica. Sabendo que o diálogo era algo ausente no modelo tradicional, Freire (1987) enfatiza, em sua obra, uma proposta de educação voltada para a libertação, estruturada em princípios dialógicos, em que o educador deixa de ocupar uma posição superior ao educando e passa a compartilhar vivências e conhecimentos.

Vale destacar que o diálogo genuíno é o elemento central da pedagogia proposta por Paulo Freire, uma vez que sustenta uma prática educativa que emancipa o oprimido da dominação imposta por quem detém o saber.

Não há diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro. Pensar crítico. Pensar que, não aceitando na dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade. (Freire, 1987, p. 47).

É importante ressaltar que o diálogo, enquanto instrumento de transformação, só se concretiza verdadeiramente quando o sujeito acredita nesse princípio, compreendendo que a mudança ocorrerá somente por meio da ação constante sobre a própria realidade. Nesse sentido, Freire evidencia em sua obra a importância da fé e da confiança mútua entre os indivíduos, para que o diálogo não se torne um mecanismo de manipulação. Assim, ao parafrasear Paulo Freire, entende-se que aqueles que não confiam em seus semelhantes ou que não acreditam na

capacidade de pensar e agir de maneira distinta daquilo que lhes é imposto, não conseguirão estabelecer esse tipo de diálogo, tornando-se incapazes de aderir à proposta freireana (Torres, 2008, p. 12).

Segundo Oliveira (2015, p. 34), no contexto educacional, o diálogo, conforme defendido por Freire, se inicia no momento em que se escolhe o tema gerador — uma escolha que deve ser realizada em conjunto pelos educadores, alunos e comunidade, visando à construção do conteúdo programático. Nessa dinâmica, não apenas os educadores têm voz, mas os estudantes também são escutados e considerados.

Ao tratar da prática dialógica, nota-se uma ruptura com o modelo tradicional, em que os educandos eram vistos apenas como receptáculos de informações. Com a nova proposta, eles passam a ter acesso a uma visão de mundo antes negada às classes oprimidas, o que permite que escolham seus próprios “temas geradores” e se tornem sujeitos ativos no processo educativo.

Enquanto na prática “bancária” da educação, anti-dialógica por essência, por isto, não comunicativa, o educador deposita no educando o conteúdo programático da educação, que ele mesmo elabora ou elaboram para ele, na prática problematizadora, dialógica por excelência, este conteúdo, que jamais é “depositado”, se organiza e se constitui na visão do mundo dos educandos, em que se encontram seus “temas geradores”. (Freire, 1987, p. 58).

Com base em tudo isso, a partir do momento em que o diálogo é instaurado e os temas geradores são definidos, surgem questionamentos que impulsionam debates, com o educador assumindo um papel fundamental na mediação dessas discussões. Cabe a ele incentivar os educandos a refletirem criticamente e a se posicionarem diante dos assuntos tratados.

2.3 Relação entre educação, classe social e economia

A educação, enquanto prática social, carrega influências econômicas e relações de classe que a formatam em conteúdo, estrutura e metas. Entender essa conexão é chave para desvendar como as desigualdades se perpetuam, e também para reconhecer os desafios que a mudança social apresenta.

Desde os primórdios da sociedade, a educação foi utilizada para manter os privilégios de alguns grupos. No capitalismo, essa ideia ganha força, pois saber é muito importante para diferenciação social e econômica. Conforme Bourdieu e Passeron (1992), a escola legitima as desigualdades sociais ao transformar diferenças culturais em distinções escolares e profissionais.

Logo, indivíduos oriundos das classes populares encontram mais dificuldades para acessar níveis superiores de escolarização e, conseqüentemente, melhores oportunidades no mercado de trabalho. Essa realidade é apontada também por Dubet (2004), ao afirmar que "a escola cria vencedores e perdedores de maneira sistemática, reforçando hierarquias sociais preexistentes." Num contexto neoliberal, a ligação entre educação e economia torna-se mais mercantil. Harvey (2008) aponta como o neoliberalismo converte todas as esferas da vida social em mercadorias, inclusive a educação. Nisso, o valor social da formação humana é trocado pelo valor econômico da qualificação técnica.

Essa mercantilização afeta fortemente a escola pública, que, sem os mesmos investimentos das instituições privadas, começa a dar uma educação precarizada e sem criticidade. Freire (2015) reforça que "a educação bancária sufoca a consciência dos oprimidos, prevenindo-os de entender sua situação histórica e de lutar por sua libertação". Em sociedades desiguais como a brasileira, a educação, tinha tudo para ser um meio de ascensão social. Por outro lado, a replicação das desigualdades socioeconômicas no ambiente escolar, distante de ser uma exceção, é a norma. Saviani (2008) destaca: "o sistema educacional brasileiro foi historicamente formado para atender, de forma distinta, as diversas classes sociais".

Diante dessa situação, é possível compreender que a escola, ao invés de apenas refletir as contradições sociais, também as produz e intensifica. A diferença no acesso ao saber, nos métodos de ensino e nas esperas de aprendizagem é uma expressão concreta da luta de classes no interior do sistema educacional. Um outro fator crucial é a triagem do mercado de trabalho, que favorece os com mais capital cultural e escolar, criando um ciclo vicioso. Deste modo, a educação formal, embora fundamental, não assegura, por si só, a mudança social. Conforme diz Libâneo (2016), "a escola tem um potencial contraditório: ao mesmo tempo que pode emancipar, também pode reproduzir a exclusão."

Para Freire, superar esse cenário pede uma educação dialógica, que veja o aluno como um agente da história e valorize sua vivência. A pedagogia do oprimido, nessa linha, sugere uma prática educativa focada na análise da realidade, no incentivo à reflexão crítica e na ação transformadora. Na perspectiva econômica, a educação pública e emancipadora é um investimento social estratégico. A formação de cidadãos críticos e criativos é incompatível com modelos educacionais pautados apenas pela lógica da eficiência e da competitividade. Como argumenta Gandin (2011), "o direito à educação não pode ser subjugado pelas exigências do mercado."

Os cortes orçamentários na educação, justificados por políticas de austeridade fiscal, afetam de maneira desproporcional os grupos historicamente marginalizados. A precarização das condições de ensino, a desvalorização dos profissionais da educação e a exclusão digital são manifestações concretas das desigualdades estruturais que atravessam o sistema educacional.

Além disso, a linguagem utilizada na escola muitas vezes distancia-se das realidades populares, dificultando o processo de ensino-aprendizagem. Freire (1987) alerta que a linguagem opressora impede o diálogo e a conscientização, reforçando a alienação das classes subalternas. Assim, uma educação emancipadora exige a construção de uma linguagem pedagógica acessível, crítica e respeitosa, que reconheça os saberes populares e estimule a autonomia intelectual. A linguagem não é apenas meio de comunicação, mas também instrumento de poder e transformação.

É fundamental ressaltar também que as políticas educativas inclusivas, quando desvinculadas das políticas econômicas redistributivas, têm impacto limitado. A inclusão escolar deve estar acompanhada de medidas que combatam a pobreza, a fome e o desemprego. Freire (2015) argumenta, "não há educação libertadora possível sem a transformação da estrutura social injusta que a sustenta." As universidades públicas, historicamente espaços elitizados, também têm buscado ampliar o acesso de estudantes de origem popular por meio de políticas de cotas e programas de permanência. Essas ações, embora importantes, enfrentam resistência de setores privilegiados que se sentem ameaçados pela democratização do ensino superior.

Nesse sentido, a luta pela educação pública, gratuita e de qualidade deve ser compreendida como parte da luta mais ampla por justiça social e econômica. Como bem sintetiza Freire (2015), "não é possível falar em educação libertadora sem falar em luta política." Portanto, a transformação da educação requer uma mudança profunda nos paradigmas econômicos e sociais que sustentam as desigualdades. A escola deve ser repensada como espaço de construção coletiva do saber, da cidadania e da dignidade humana.

2.4 As desigualdades sociais e econômicas no Brasil em 2025

A persistência persistente das desigualdades sociais e econômicas no Brasil em 2025 revela a continuidade de uma estrutura histórica marcada por profundas disparidades. Apesar de alguns avanços, as diferenças no acesso à renda, educação, saúde e outros direitos fundamentais ainda configuram um cenário de exclusão social alarmante. De acordo com o

relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), o índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, manteve-se elevado, evidenciando que a concentração de riquezas permanece como um desafio estrutural.

O Brasil, está entre os países mais desiguais do mundo. Essa desigualdade se manifesta tanto na distribuição de renda quanto no acesso aos serviços básicos. Segundo o relatório da Oxfam Brasil (2025), 1% da população mais rica detém quase 50% da riqueza nacional, enquanto a metade mais pobre luta para sobreviver com menos de 10% da renda total. Essa disparidade impacta diretamente as condições de vida, as oportunidades e a mobilidade social dos cidadãos.

Em 2025, a desigualdade se acentuou devido às crises econômicas globais e internas. As taxas de desemprego, apesar de uma leve recuperação pós-pandemia, ainda são altas entre as populações mais vulneráveis, particularmente entre jovens negros e mulheres. Conforme apontado pelo Fórum Econômico Mundial (2025), o Brasil experimenta uma recuperação econômica "em K", onde a elite enriquece ainda mais, enquanto os pobres enfrentam deterioração de suas condições de vida.

Outro aspecto preocupante refere-se à desigualdade educacional, que compromete o futuro das gerações. Dados do Todos pela Educação (2025) indicam que alunos de escolas públicas continuam a apresentar defasagens significativas em relação aos estudantes de escolas privadas, especialmente em leitura, matemática e ciências. Essa disparidade educacional reforça o ciclo de exclusão social e limita a capacidade dos jovens de classes populares de acessar o ensino superior e melhores empregos.

As desigualdades regionais continuam pesando. O Nordeste, mesmo com algum progresso, ainda exibe os piores índices de renda per capita e acesso a serviços básicos, como saneamento e saúde (IPEA, 2025). Em contrapartida, estados do Sudeste concentram investimentos e desenvolvimento econômico, aprofundando ainda mais as diferenças regionais.

A fome e a insegurança alimentar ressurgiram como problemas sociais gravíssimos. Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2025), mais de 33 milhões de brasileiros enfrentam algum grau de insegurança alimentar, número que revela a falência de políticas públicas efetivas de combate à pobreza extrema. Esta situação afeta, sobretudo, famílias negras e indígenas, refletindo o racismo estrutural ainda presente na sociedade brasileira.

As políticas públicas que foram implementadas nos últimos anos não estão sendo suficientes para enfrentar o problema estrutural da desigualdade. Apesar de programas como o

Bolsa Família, terem impacto positivo, eles são paliativos frente à necessidade de reformas mais profundas no sistema tributário, no mercado de trabalho e na educação (Pochmann, 2025).

Na economia, o sistema de impostos do Brasil continua um dos mais regressivos do mundo, penalizando mais severamente os pobres enquanto preserva os privilégios dos mais ricos. Estudos do Instituto de Justiça Fiscal (2025) mostram que a tributação sobre o consumo é muito superior à tributação sobre a renda e o patrimônio, o que agrava as desigualdades existentes.

A violência também é um reflexo direto das desigualdades. De acordo com o Atlas da Violência (IPEA, 2025), as taxas de homicídios são muito mais elevadas nas periferias urbanas, onde a falta de acesso a direitos básicos cria um ambiente de vulnerabilidade extrema. Jovens negros continuam sendo as principais vítimas da violência letal, evidenciando o entrelaçamento entre desigualdade racial, social e econômica.

Freire (2015) já advertia que a luta contra a desigualdade não poderia ser desvinculada da educação crítica e da organização popular. Em 2025, essa advertência é ainda mais atual, pois somente com a politização dos sujeitos oprimidos será possível construir uma sociedade mais justa. A educação, portanto, permanece como uma ferramenta imprescindível para a conscientização e mobilização social.

Em suma, as desigualdades sociais e econômicas no Brasil em 2025 demonstram que o problema é estrutural e multifacetado. As ações pontuais, embora necessárias, não são suficientes para superar séculos de exclusão. É imprescindível repensar o modelo de desenvolvimento adotado, implementando reformas estruturais que garantam redistribuição de renda, acesso universal à educação de qualidade, políticas de inclusão racial e de gênero e a democratização efetiva do acesso aos bens e serviços públicos.

Por fim, cabe reconhecer que a superação das desigualdades no Brasil exige um projeto de sociedade baseado na justiça social, na solidariedade e na democracia participativa. Como ensinou Paulo Freire (2015), "não há transformação social sem sonho", e o sonho de uma sociedade mais igualitária precisa ser mantido vivo e guiado pela ação coletiva e consciente dos sujeitos históricos.

2.5 Relevância da obra supracitada diante a persistência das desigualdades

A persistência e intensificação das desigualdades sociais e econômicas demonstram, de forma contundente, que *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 2019) transcende o tempo,

persistindo como um olhar crucial para entender o agora e traçar futuros. Em meio a um cenário de exclusão arraigada, onde o acesso à terra, saúde, cultura e educação se esquivam de vastos grupos, Paulo Freire nos lega uma pedagogia fundadora na vivência dos oprimidos e em sua luta por liberdade. Como afirma o autor, “a pedagogia do oprimido, que implica uma tarefa de libertação, não pode ser elaborada pelos opressores” (Freire, 2019, p. 47), mas sim pelos próprios sujeitos que vivem a opressão e desejam superá-la.

Ao denunciar a educação bancária, que trata os estudantes como recipientes vazios a serem preenchidos, Freire propõe uma educação problematizadora, em que o conhecimento é construído a partir do diálogo, da escuta e da análise crítica da realidade. Nessa perspectiva, a escola não deve apenas transmitir conteúdos, mas promover a conscientização – o desenvolvimento de uma consciência crítica que permita ao educando compreender sua realidade concreta e atuar sobre ela. “É na realidade concreta que devemos buscar o motivo da opressão, e não nos ‘desequilíbrios’ ou ‘inadequações’ dos oprimidos” (Freire, 2019, p. 52).

As desigualdades que persistem no Brasil, mesmo com tantos anos de políticas educacionais, demonstram os resquícios da estrutura colonial e patriarcal que ainda molda o sistema. Segundo Souza (2019), “o Brasil é um país marcado por uma desigualdade estrutural e histórica, que se expressa violentamente no sistema educacional”. Dados do IBGE (2022) confirmam que estudantes de famílias de baixa renda, negros, indígenas e moradores de zonas rurais têm menos acesso a recursos, infraestrutura e permanência na escola, o que evidencia a atualidade das denúncias feitas por Freire.

Desse modo, *Pedagogia do Oprimido* segue essencial para pensar numa escola pública engajada com a justiça social. Como explica Gadotti (1996, p. 71), “a pedagogia de Paulo Freire é uma pedagogia da esperança, porque não aceita o mundo como está, mas acredita na possibilidade de transformação a partir da ação dos sujeitos conscientes e organizados”. Essa postura esperançosa, longe de ser ingênua, fundamenta-se na ação política, no engajamento coletivo e no compromisso ético com os que sofrem.

Outro aspecto central da obra é a denúncia da desumanização imposta pelo sistema de opressão. Para Freire (2019, p. 44), “a desumanização, embora não seja um destino dado, é uma realidade histórica que se manifesta na injustiça, na exploração e na opressão”. A educação freireana, ao contrário, busca a humanização dos sujeitos, reconhecendo neles a potência de agir, pensar e transformar o mundo. Essa dimensão ética da pedagogia crítica contrasta radicalmente com as lógicas de exclusão do sistema neoliberal, que tende a reduzir o sujeito a números, metas e resultados.

Na contemporaneidade, as ideias de Freire ainda movem movimentos sociais, impulsionam experiências de educação popular, além de programas de alfabetização e projetos pedagógicos que visam fortalecer as ligações entre escola, comunidade e território, sim. Dussel (2016) afirma que a pedagogia freireana é uma pedagogia de ouvir e estar presente, indo contra a indiferença e o tecnicismo, que domina muitas vezes as práticas escolares.

Por fim, a relevância da obra reside exatamente na sua capacidade de fazer emergir perguntas incômodas e necessárias: quem está sendo excluído? Quem tem voz na escola? Que tipo de sociedade estamos reproduzindo por meio da educação? A obra de Paulo Freire, ao manter viva a chama da crítica e da esperança, convida todos os que atuam na educação a assumirem uma postura ética, sensível e comprometida com a transformação das realidades desiguais.

2.6 Legado freiriano no combate à desigualdade social e econômica

O legado de Paulo Freire continua relevante e essencial, especialmente num mundo global e nacional cheio de desigualdades que persistem e pioram. O Brasil, mesmo com certos progressos sociais nas últimas décadas, ainda está entre os países com a maior concentração de renda do mundo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE em 2023 mostram: os 10% mais ricos detêm quase 43% da renda total, enquanto os 40% mais pobres recebem só 10%. Essas desigualdades não são só financeiras; refletem-se em enormes diferenças no acesso à educação, saúde, moradia, segurança, e cultura. Paulo Freire compreendia que a desigualdade não é natural, tampouco inevitável: é fruto de um projeto de sociedade baseado na opressão e na negação dos direitos. Sua pedagogia é, portanto, uma resposta ética e política ao sofrimento das maiorias marginalizadas. “A miséria é uma injustiça que se transforma em fatalidade quando não é questionada” (Freire, 2019, p. 105). Nesse sentido, Freire propunha uma educação que rompesse com a lógica da naturalização das carências, e que conduzisse os sujeitos à conscientização crítica de sua realidade histórica.

Ao combater a desigualdade, Freire nunca ofereceu apenas a inclusão dos pobres num sistema existente, mas a transformação por meio do protagonismo dos oprimidos. Ele destacava, “não é no silêncio, que os homens se constroem, e sim na palavra, trabalho e na ação-reflexão” (Freire, 2019, p. 78). Somente pela educação dialógica, crítica e libertadora, que os indivíduos conseguem se reconhecer como históricos, capazes de mudar o mundo.

Essa visão é crucial ao examinar a educação brasileira. Mesmo com o acesso universalizado à educação básica, a qualidade do ensino ainda apresenta grandes desigualdades. Estudantes de escolas públicas, em especial nas periferias e áreas rurais, têm menor acesso a bibliotecas, laboratórios, professores qualificados e condições adequadas para o aprendizado. A evasão escolar, a distorção idade-série e os baixos índices de alfabetização entre jovens e adultos são expressões da desigualdade educacional, que se articula com questões de classe, raça e território.

Freire entendia que a escola pode ser tanto um espaço de reprodução da exclusão quanto um lugar de resistência e construção da cidadania. Seu legado inspira práticas pedagógicas que reconhecem os saberes dos estudantes, respeitam suas origens culturais e estimulam a leitura crítica do mundo. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (Freire, 2019, p. 47). Isso significa que o educador precisa posicionar-se como alguém que aprende com o educando e que, junto a ele, interpreta a realidade e busca alternativas.

A pedagogia freireana também fundamenta experiências de educação popular desenvolvidas por movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que utiliza o método de Freire em suas escolas do campo, promovendo uma educação contextualizada, agroecológica e voltada à emancipação política das famílias camponesas. Outro exemplo é o projeto “Educação de Jovens e Adultos” (EJA), que tem, historicamente, se apoiado na alfabetização dialógica freiriana para incluir aqueles que foram historicamente excluídos do sistema formal de ensino

Além disso, Freire inspirou políticas públicas como o Brasil Alfabetizado e projetos de formação continuada para professores da educação básica, que procuraram adicionar elementos da sua pedagogia crítica em propostas voltadas à equidade.

A desigualdade de gênero também é uma dimensão central no pensamento de Freire. Ele defende uma educação que questione os papéis sociais impostos e que promova a igualdade entre homens e mulheres. Nesse sentido, sua pedagogia dialoga com o feminismo interseccional e com a luta contra o racismo estrutural, ao afirmar que toda educação deve estar comprometida com a justiça e a dignidade humana. Como pontua Bell Hooks (2013, p. 23), “Paulo Freire me ensinou que a educação como prática da liberdade é um ato profundamente subversivo. Ensinar para a liberdade é ensinar contra as desigualdades”.

Em um momento histórico em que o neoliberalismo tenta impor uma lógica de meritocracia, individualismo e privatização dos direitos, o legado freiriano propõe uma

contraofensiva pautada na solidariedade, no diálogo e na ação coletiva. A educação bancária, criticada por Freire, ganha novas formas por meio de avaliações padronizadas, metas desumanizadas e currículos que desconsideram a realidade vivida pelos estudantes. O combate à desigualdade passa por resistir a essas práticas e reconstruir uma escola que coloque a vida no centro.

Portanto, o legado de Paulo Freire no combate às desigualdades sociais e econômicas é, ao mesmo tempo, um convite e um desafio. Um convite à escuta e ao reconhecimento do outro como sujeito histórico, e um desafio à coragem ética e política de educar para a transformação. Sua pedagogia segue viva sempre que uma criança é encorajada a pensar criticamente, sempre que um jovem da periferia tem sua voz respeitada, sempre que uma mulher negra pode afirmar-se em um espaço de poder. Como ele mesmo dizia: “não há palavra verdadeira que não seja práxis. Portanto, dizer a palavra verdadeira é transformar o mundo” (Freire, 2019, p. 97).

3 Considerações Finais

Revisitar a obra de Paulo Freire, sobretudo a *Pedagogia do Oprimido*, vai além de apenas rememorar ideias pedagógicas fundamentais. Trata-se de revisitar uma proposta de transformação social, que coloca a educação como um dos principais instrumentos para a emancipação humana. Ao longo deste artigo, ficou evidente que o pensamento de Freire oferece respostas vigorosas para o contexto de desigualdade social e econômica que ainda assola tanto o Brasil quanto o mundo. Sua pedagogia nos convida a repensar as estruturas de poder e a condição humana, sempre com uma visão crítica da realidade, mas com a esperança de que a transformação é possível por meio da conscientização e da ação.

A análise dos princípios de sua pedagogia revelou como Freire sugere uma educação que vai além da simples entrega de conteúdos, mas sim como um processo de libertação. Ao priorizar o diálogo, a reflexão e a ação prática, Freire nos ensina que a educação deve ser um lugar de construção coletiva do saber, onde os indivíduos, ao entenderem suas realidades, podem agir para transformá-las. Nesse sentido, a educação não é um processo isolado, mas um reflexo de uma luta mais ampla pela justiça social. Sua crítica à educação bancária e sua ênfase na educação dialogada mostram um caminho que se opõe à alienação e à passividade diante das injustiças estruturais.

A obra de Freire se torna ainda mais relevante quando considerada diante das desigualdades persistentes na sociedade atual. As transformações no Brasil e no mundo,

impulsionadas por um modelo neoliberal que exacerba as disparidades sociais, tornam mais urgente a aplicação dos princípios freirianos. Ao longo do artigo, foi possível observar que, ao contrário do modelo educacional dominante, que muitas vezes reforça as desigualdades ao padronizar e hierarquizar o conhecimento, a pedagogia de Freire oferece uma alternativa radical: uma educação que reconhece o sujeito em sua totalidade, suas vivências, suas lutas e suas necessidades. Freire nos ensina que a conscientização dos oprimidos é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, onde todos possam acessar, produzir e distribuir saberes de maneira igualitária.

No enfrentamento das desigualdades, a herança freiriana ultrapassa a mera crítica educacional. Ele se apresenta como um convite à ação, à resistência e à transformação das estruturas que perpetuam a opressão. Movimentos sociais como o MST e programas de alfabetização de jovens e adultos já incorporaram em sua prática educativa os princípios da pedagogia freireana, utilizando-a como ferramenta para a construção de uma educação popular que transcende os muros da escola e se insere nas lutas sociais por direitos e justiça. A pedagogia de Freire tem a capacidade de conectar o conhecimento acadêmico à realidade dos sujeitos, estimulando um aprendizado crítico que os empodera para a transformação de suas próprias vidas e da sociedade.

Por fim, o legado de Paulo Freire continua a ser um farol para aqueles que acreditam em uma educação que liberta, que provoca e que transforma. Em tempos de crescente desigualdade, onde a educação muitas vezes se torna um mecanismo de reprodução das opressões, Freire oferece a esperança de que, através da ação educacional, é possível mudar a realidade. Sua pedagogia é, antes de tudo, um ato de coragem — a coragem de lutar pela dignidade humana, de escutar as vozes silenciadas e de construir, coletivamente, um futuro mais justo. Portanto, o maior aprendizado que pode-se tirar da obra de Freire é que a educação é, sim, um caminho de libertação, mas também um compromisso diário com a luta por uma sociedade onde todos e todas possam viver com plena dignidade e igualdade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

DA SILVA SOARES, Luciana Luiza; DE ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães. Educação dialógica, democrática e conscientizadora segundo Paulo Freire. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 32, n. 1, p. 278-283, 2021.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 541-555, 2004.

DUSSEL, Inés. **Políticas do conhecimento e currículo na América Latina: reflexões a partir de Paulo Freire**. Revista Brasileira de Educação, v. 21, n. 64, p. 17-36, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ZyPwK5kjBxS3v7CvHpWBNMN>. Acesso em: 21 abr. 2025.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Relatório Global de Desigualdade 2025**. Genebra, 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 70. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.

GANDIN, Danilo. **A construção do projeto político-pedagógico: uma prática transformadora**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

HARVEY, David. **A condição neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Educação 2022: PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2025.

INSTITUTO DE JUSTIÇA FISCAL. **Sistema Tributário e Desigualdade no Brasil 2025**. Porto Alegre, 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2025**. Brasília, 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. São Paulo: Cortez, 2016.

MENDES, Amanda Ferreira; DE ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães; POLETTO, Lizandro. Educação inclusiva: desafios das crianças surdas no processo de alfabetização. **Altus Ciência**, v. 17, n. 17, p. 23-35, 2023.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Educação do campo: princípios e práticas da pedagogia da alternância**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

OLIVEIRA, Luiz Carlos de. **Educação, diálogo e transformação: aproximações com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2015.

OXFAM Brasil. **Relatório sobre Desigualdades no Brasil 2025**. São Paulo: Oxfam, 2025.

POCHMANN, Marcio. **Desigualdade e desenvolvimento: dilemas do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Boitempo, 2025.

REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Insegurança Alimentar e a Pandemia no Brasil – 2025**. São Paulo, 2025.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. 2. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025**. São Paulo, 2025.

TORRES, Carlos Alberto. **Educação e conscientização: fundamentos da pedagogia de Paulo Freire**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.